Curitiba, 16 de novembro de 2026.

NOTA À IMPRENSA

13º salário do mercado formal deve injetar R$ 13,907 bilhões na economia dos principais municípios paranaenses em 2026

Até dezembro de 2026, estima-se que deverão ser injetados na economia dos principais municípios paranaenses aproximadamente de R$ 13,9 bilhões, em decorrência do pagamento do 13º salário – corresponde a 80,1% do total a ser injetado no mercado formal (celetista e estatutário) da economia paranaense em 2026. **Este montante será pago aos trabalhadores do mercado formal.** Cerca de 2,917 milhões de paranaenses serão beneficiados, com um rendimento médio de R$ 4.768. Estas são as estimativas do Escritório Regional do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) no Paraná. Para a realização do estudo, foram selecionados os quarenta maiores municípios em relação ao maior estoque de empregos formais, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para o cálculo do impacto, o DIEESE leva em conta dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego. No caso da RAIS, o DIEESE considerou todos os assalariados com carteira assinada, empregados no mercado formal, no setor público (celetistas ou estatutários) e privado, que trabalhavam em dezembro de 2025, acrescido do saldo do Caged de janeiro a setembro de 2026. Em função da não disponibilidade de informações para o nível geográfico municipal, não foram considerados nos cálculos os seguintes segmentos: empregados domésticos com carteira assinada; beneficiários – aposentados e pensionistas – do Regime Geral de Previdência Nacional (RGPS) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); e aposentados e pensionistas dos Regimes Próprio de Previdência Social (RPPSs) da União, Estado e dos municípios.

Para efeito do cálculo, o DIEESE não leva em conta os autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho, que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, nem os valores envolvidos nesses

abonos, uma vez que esses dados são de difícil mensuração. Além disso, não há distinção dos casos de categorias que recebem ao menos parte do 13º antecipadamente, por definição, por exemplo, de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Analisando as cidades abrangidas no estudo, constatou-se concentração dos valores a serem injetados na economia paranaense em poucos municípios, sendo que apenas três dos quarenta, Curitiba (35,53%), Londrina (4,97%) e Maringá (4,52%), respondem por 45,0% do total. E, se considerarmos São José dos Pinhais (3,90%) e Cascavel, (3,11%), apenas cinco municípios concentram mais da metade dos valores do Estado (52,0%). O maior valor médio para o 13° deve ser pago em Curitiba (R$ 5.958,48) e o menor em Matelândia (R$ 2.958,30).

ESCRITÓRIO REGIONAL DO DIEESE NO PARANÁ

DIREÇÃO SINDICAL: Agisberto Rodrigues Ferreira Junior (Fetropar), Ana Luiza Smolka (Sind. dos Bancários de Campo Largo), Antônio Carlos da Silva (Sindipetro-PR/SC), Thiago de Andrade Pinto (Sintrafucarb), Leandro José Grassmann (Senge-PR), Odilon Adriano de Oliveira (Sismuc), Pablo Sérgio Mereles Ruiz Diaz (Fetec-PR) e Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior (Sind. dos Metalúrgicos da Grande Campo Largo).

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS:
Cristiano Vinicius Ferreira - Economista do DIEESE-PR
Sandro Silva - Economista e Supervisor Técnico do DIEESE-PR

Tabela 1 - Impacto do 13º salário do Mercado Formal de Trabalho, nos principais municípios Paraná - 2026

Município	Empregos (1)	Valor médio (2)	13º salário	Part (%)
Curitiba	1.035.179	5.958,48	6.168.092.630	35,53%
Londrina	195.794	4.405,99	862.666.549	4,97%
Maringá	187.268	4.192,70	785.158.242	4,52%
São José dos Pinhais	142.507	4.745,98	676.335.406	3,90%
Cascavel	133.329	4.043,24	539.081.361	3,11%
Ponta Grossa	109.995	3.991,03	438.993.134	2,53%
Foz do Iguaçu	80.074	4.458,39	357.000.856	2,06%
Araucária	62.892	5.264,65	331.104.310	1,91%
Toledo	75.375	3.840,59	289.484.501	1,67%
Guarapuava	52.762	4.261,16	224.827.253	1,30%
Pinhais	57.179	3.913,57	223.774.262	1,29%
Paranaguá	46.124	4.650,83	214.515.008	1,24%
Colombo	52.349	3.848,46	201.463.153	1,16%
Pato Branco	38.883	4.230,11	164.479.349	0,95%
Arapongas	44.231	3.681,62	162.841.633	0,94%
Campo Largo	38.322	3.957,32	151.652.512	0,87%
Apucarana	39.701	3.702,62	146.997.623	0,85%
Campo Mourão	32.503	4.376,49	142.249.180	0,82%
Francisco Beltrão	33.093	3.992,87	132.135.893	0,76%
Umuarama	38.526	3.395,89	130.830.243	0,75%
Cambé	29.073	4.103,10	119.289.395	0,69%
Fazenda Rio Grande	27.177	4.070,86	110.633.814	0,64%
Rolândia	27.878	3.836,93	106.965.907	0,62%
Telêmaco Borba	23.980	4.362,11	104.603.422	0,60%
Paranavaí	27.748	3.530,57	97.966.390	0,56%
Castro	23.889	3.909,88	93.403.041	0,54%
Cianorte	27.272	3.385,21	92.321.414	0,53%
Medianeira	23.808	3.835,09	91.305.880	0,53%
Marechal Cândido Rondon	21.633	3.828,31	82.817.901	0,48%
Dois Vizinhos	19.726	3.941,89	77.757.748	0,45%
Palotina	21.118	3.545,72	74.878.587	0,43%
Cornélio Procópio	20.815	3.273,19	68.131.469	0,39%
Ibiporã	17.693	3.833,91	67.833.356	0,39%
Sarandi	16.658	3.874,62	64.543.337	0,37%
Almirante Tamandaré	18.705	3.405,09	63.692.195	0,37%
União da Vitória	17.228	3.356,04	57.817.937	0,33%
Mandaguari	15.034	3.660,52	55.032.193	0,32%
Irati	14.972	3.437,10	51.460.273	0,30%
Palmas	13.251	3.396,68	45.009.400	0,26%
Matelândia	12.799	2.958,30	37.863.219	0,22%
Subtotal	**2.916.543**	**4.768,32**	**13.907.009.978**	**80,12%**
Part. Municípios / Estado (%)	75,01%	-	80,12%	-
Total do Estado	**3.887.992**	**4.464,57**	**17.358.194.534**	**100,00%**

Fonte: MTE/RAIS e Novo Caged e IBGE/INPC e PNAD Contínua

Elaboração: DIEESE/ER-PR

Notas:

(1) Dados da RAIS 2025 (sem abandonados) + saldo do CAGED de janeiro a setembro de 2025 (inclui assalariados com carteira dos setores privado e público e estatutários dos governos: federal, estaduais e

(2) Remuneração média da RAIS 2025 (dez/2025) atualizada pela INPC médio de janeiro a setembro de 2026 mais a variação do rendimento médio mensal real habitual no trabalho principal de set/2026 ante a